



ESTADO DO PARÁ

Prefeitura Municipal de Itaituba
Secretaria Municipal de Assistência Social- SEMDAS

OBJETO: “AQUISIÇÃO DE VÉICULOS PARA OS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS” no município de Itaituba, Estado do Pará.

Programa: Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social.

Itaituba-PA
2017

IDENTIFICAÇÃO

Nome do Órgão Gestor	Secretaria Municipal de Assistência Social
Município	Itaituba-Pa
CNPJ	16.775.433/0001-59
Endereço	Rua Tranzamazonica, Bairro Bela Vista
CEP	68.180-230
Email	Semdas.pmi.pa@hotmail.com
Responsável	Solange Moreira de Aguiar
Nível de Gestão	Básica
Porte do Município	Médio
Responsável pelo Projeto Técnico	Josiane Coelho de Amorim
Email	Josiane_ufpa@yahoo.com.br
Contato	(93) 991300-930

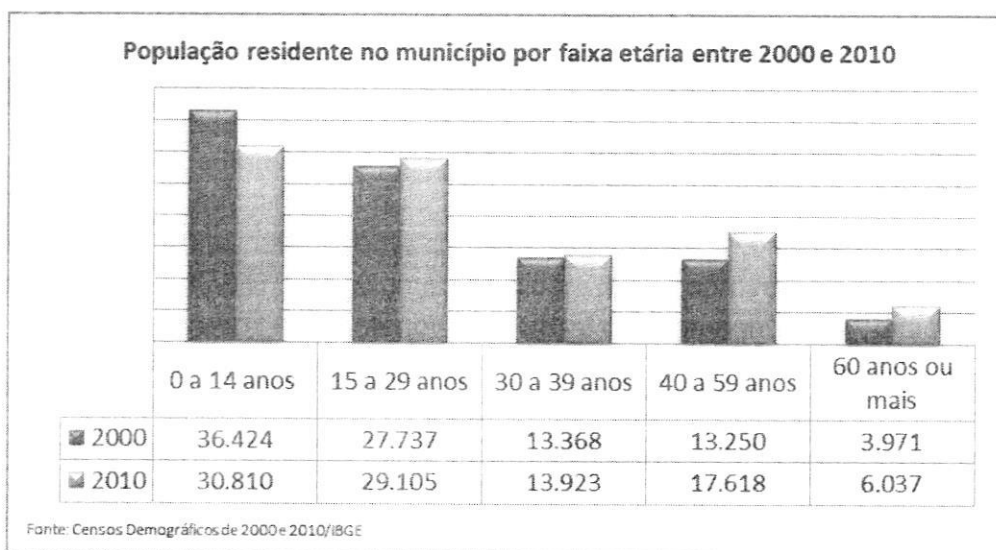
DIAGNÓSTICO TERRITORIAL

ASPECTO: DEMOGRÁFICO

O município de Itaituba faz parte da Mesorregião do Sudoeste Paraense. É o décimo quinto município mais populoso do estado e um dos principais centros econômicos do oeste paraense. A cidade é considerada de médio porte, com uma área de 62 040,947 km², é uma das cidades que apresentam crescimento econômico acelerado no interior do Brasil, apresentando índice de desenvolvimento humano de 0,640.

Levando em consideração os dados oficiais do Censo Demográfico de 2010, a população do município era igual a 97.493 habitantes. Com 72,5% das pessoas residentes em área urbana e 27,50% em área rural.

A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da **população idosa** que cresceu 4,48% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 4,2% da população, já em 2010 detinha 6,3% do total da população municipal.



O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -1,70% ao ano. Crianças e jovens detinham 38,4% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 36.424 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 31,5% da população, totalizando 30.691 habitantes. A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 1,10% ao ano), passando de 54.355 habitantes em 2000 para 60.646 em 2010.

ASPECTO: SOCIAL

Destaco com base no Censo que dos 97.493 residentes, 72,5% das pessoas eram residentes em área urbana e 27,50% em área rural, dos quais 13.324 encontravam-se em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isto significa que 13,7% da população

municipal vivia nesta situação. Do total de extremamente pobres, 5.212 (39,1%) viviam no meio rural e 8.112 (60,9%) no meio urbano. O censo aponta também que o índice de Pobreza comparado a outros municípios é de 39,34%, com índice de Gini¹ de 0,57.

O Censo também revelou que no município havia 1.198 crianças na extrema pobreza na faixa de 0 a 3 anos e 650 na faixa entre 4 e 5 anos. O grupo de 6 a 14 anos, por sua vez, totalizou 3.272 indivíduos na extrema pobreza, enquanto no grupo de 15 a 17 anos havia 911 jovens nessa situação. Foram registradas 494 pessoas com mais de 65 anos na extrema pobreza. 45,3% dos extremamente pobres do município têm de zero a 17 anos.

Idade	Quantidade
0 a 3	1.198
4 a 5	650
6 a 14	3.272
15 a 17	911
18 a 39	4.453
40 a 59	2.344
65 ou mais	494
Total	13.324

No aspecto de identificação de famílias público alvo para as políticas sociais. Há no banco de dados do Cadastro Único para Programas Sociais até fevereiro de 2017, 20.628 famílias dentre as quais: 11.600 com renda per capita familiar de até R\$85,00; 3.099 com renda per capita familiar entre R\$85,00 e R\$ 170,00; 3.019 com renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo; 2.596 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

Inseridas no Programa Bolsa Família (PBF), no mês de março de 2017, 12.236 famílias, representando uma cobertura de 124,8 % da estimativa de famílias pobres no município. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$: 194,06 e o valor transferido pelo governo federal em benefícios a famílias atendidas alcançou R\$: 2.374.572,00 mês.

REDE SUAS NO MUNICÍPIO

Referente ao contexto das políticas sociais no município de Itaituba, atualmente o Sistema Único de Assistência Social - SUAS se apresenta da seguinte forma: Na proteção Social Básica, possui dois (03) Centros de Referência de Assistência Social-CRAS localizados nos bairros Bela Vista, Liberdade, Distrito de Miritituba onde são ofertados Serviços de Proteção de Atendimento Integral a Família - PAIF e Serviços de Convivência e

¹ O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. (IPEA 2014)

Fortalecimento de Vínculos – SCFV a crianças, adolescentes e idosos; um (01) Centro de Convivência no Bairro Jardim Aeroporto – KM 5; Na Proteção Social Especial temos um (01) Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, uma (01) Unidade de Abrigo Institucional para crianças e adolescentes e uma (01) Unidade de Acolhimento para pessoas adultas em situação de risco e vulnerabilidade social. Além de outras políticas complementares como a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres.

PERFIL/DEMANDAS SOCIAIS

No universo dessas políticas sociais, temos registros diários de famílias em situação de pobreza, extrema pobreza, vulnerabilidades diversas, de risco pessoal e social, ameaças e de violação de direitos, acometidos tanto a criança, adolescente, mulheres e idosos. Foram registrados também no Serviço de Acolhimento Institucional-SAI vinte e três (23) abrigamentos de crianças/adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual, fora os casos de abandono, negligência, violência física, violência intrafamiliar e outros tipos de maus tratos (violação de direitos).

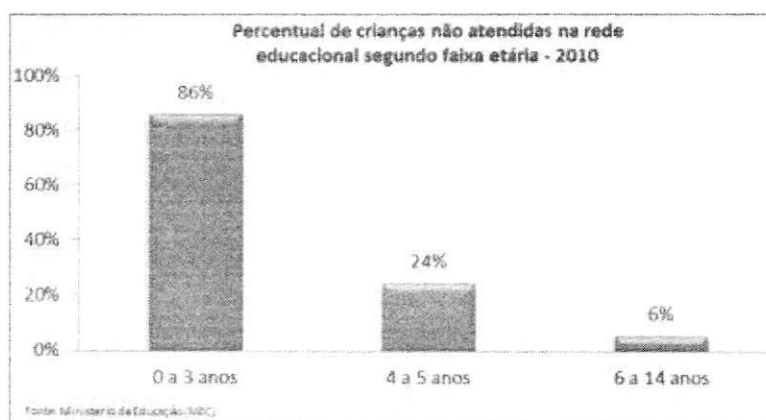
Durante o ano de 2016 foram atendidas pela equipe do CREAS trezentos e trinta nove (339) casos de usuários que foram vítimas de ameaça ou vítimas de violação de direitos, desse universo tivemos um índice bem elevado de crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar, pessoas idosa em situação de negligência e abandono, pessoas em situação de rua, entre outros.

REDE DE SERVIÇO LOCAL

No tocante as demais políticas públicas, de acordo com Sistema de Informações de Indicadores Sociais do Estado do Pará o município possui 208 escolas distribuídos em escolas de ensino médio, fundamental e educação infantil; conta ainda com 24 Unidades de Saúde, sendo 16 na zona urbana e 08 na zona rural; um (01) Hospital Municipal; um (01) Conselho Tutelar; Conselhos Setoriais; Diretoria de Habitação; Delegacia da Mulher; Polícia Civil; Ministério Público; e demais políticas.

ASPECTO: EDUCAÇÃO

A taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 12,5%. Na área urbana, a taxa era de 11,1% e na zona rural era de 16,4%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 4,9%. A taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais no município é maior que a taxa do Estado. No que concerne à taxa de atendimento da rede educacional do município, os dados do Censo foram calculados por faixa etária, conforme se observa no gráfico abaixo:



De acordo com dados do INEP, em 2012, a taxa de distorção idade-série no ensino fundamental foi de 38,7% do 1º ao 5º ano e de 41,5% do 6º ao 9º ano. A taxa de distorção idade-série no ensino fundamental municipal foi maior, quando comparada às taxas da Região Norte, maior que a do estado e maior que a do Brasil. A taxa de distorção idade-série no ensino médio do município foi maior que a taxa do Brasil, maior que a da região e menor que a do estado.

ASPECTO: SAÚDE

Referente à saúde, à mortalidade infantil, o número de óbitos infantis foi de quarenta e duas (42) crianças, ao passo que no Estado o número de óbitos infantis foi de 2.409 crianças e a taxa de mortalidade infantil foi de 17,07 crianças a cada mil nascimentos.

No município, 29,1% dos nascidos vivos em 2011 tiveram suas mães com 7 ou mais consultas de pré-natal. De acordo com dados do Ministério da Saúde, ocorreu um aumento na cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica no município. Em 2008, a cobertura era de 30,78% e aumentou para 46,06% em 2012.

É importante ressaltar as condições de saneamento e serviços correlatos do município, que interferem nas condições de saúde da população. Dados do Censo revelaram que na área rural do seu município, a coleta de lixo atendia 91,5% dos domicílios. Quanto à cobertura da rede de abastecimento de água, o acesso nessa área estava em 69,8% dos domicílios particulares permanentes e 18,3% das residências dispunham de esgotamento sanitário adequado.

No que concerne à morbidade hospitalar, as 5 (cinco) principais causas de internação foram: gravidez, parto e puerpério; algumas doenças infecciosas e parasitárias; doenças do aparelho respiratório; doenças do aparelho digestivo e doenças do aparelho geniturinário.

Além da morbidade hospitalar, é importante, também, assinalar as principais causas externas de óbito relatadas pelo município. De acordo com o Censo Demográfico 2010, o total da população de 15 a 29 anos era de 29.105 indivíduos, sendo que 73 faleceram em função de eventos e/ou causas externas.

Quando analisamos de maneira mais detida essas informações, notamos que as causas de morte variam por município. No município, as 3 (três) principais

causas externas de óbito dos indivíduos na faixa etária de 15 a 29 anos são, de acordo com dados do Ministério da Saúde, tomando por base os anos de 2005 e 2010 são: **agressões; acidentes de transporte e outras causas de lesões de acidentes.**

De acordo com as taxas de homicídios no município ocorreu uma redução nessa taxa de 37 em 2010 para 26,6 no ano de 2011. As taxas de homicídio diferem por faixa etária. As maiores taxas de homicídios no município são 42,8 para a faixa de 30 a 39 anos e de 38,5 para a faixa de 40 a 59 anos.

ASPECTO: ECONOMICO

Com relação aos aspectos econômicos entre 2005 e 2009, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 54,7%, passando de R\$ 390,8 milhões para R\$ 604,5 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no Estado que foi de 49,3%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de 1,00% para 1,04% no período de 2005 a 2009.



A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de Serviços, o qual responde por 65,3% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB era de 16,8% em 2009 contra 17,8% em 2005. No mesmo sentido ao verificado no Estado, em que a participação industrial decresceu de 29,9% em 2005 para 26,2% em 2009.

MERCADO DE TRABALHO

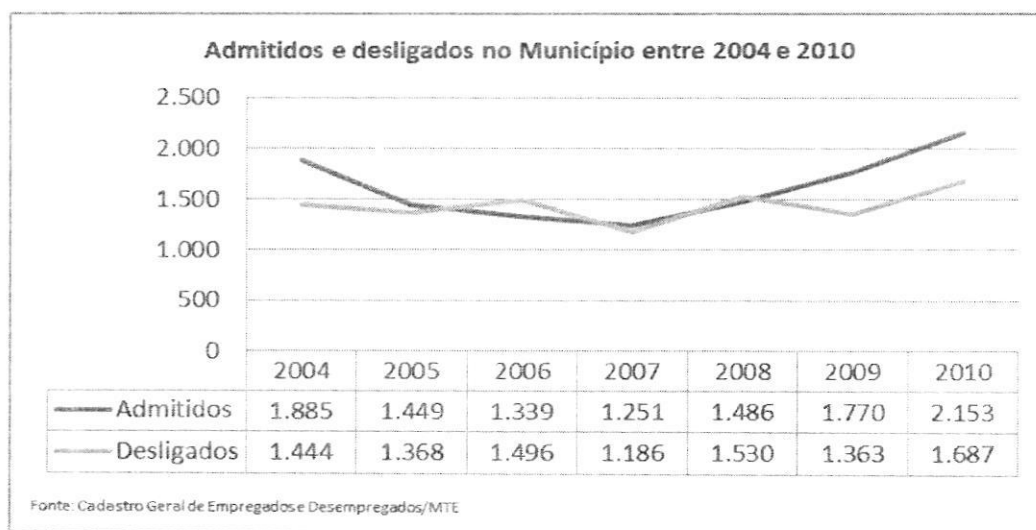
O mercado de trabalho formal do município apresentou em cinco anos saldos positivos na geração de novas ocupações entre 2004 e 2010. O número de vagas criadas neste período foi de 1.844. No último ano as admissões registraram 2.153 contratações contra 1.687 demissões.

Ainda nesse aspecto, o IBGE registra que em agosto de 2010, possuía 40.675 pessoas com 10 anos ou mais de idade economicamente ativas, sendo que 37.741 estavam ocupadas e 2.934 desocupadas. A taxa de participação ficou em 51,9% e a taxa de desocupação municipal foi de 7,2%. A distribuição das pessoas ocupadas por posição na ocupação mostra que 19,7% tinham carteira assinada, 32,4% não tinham carteira assinada, 30,1% atuam por conta própria e 1,9% de empregadores. Servidores públicos representavam 7,9% do total ocupado e trabalhadores sem rendimentos e na produção para o próprio

consumo representavam 8,0% dos ocupados. Das pessoas ocupadas, 8,7% não tinham rendimentos e 55,4% ganhavam até um salário mínimo por mês.

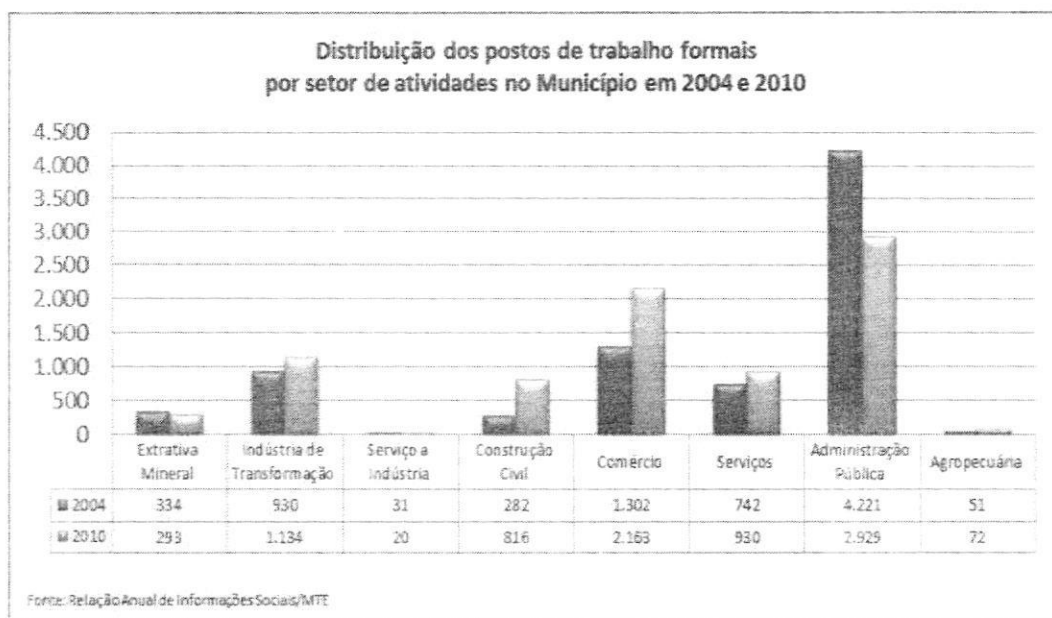
O valor do rendimento médio mensal das pessoas ocupadas era de R\$ 868,49. Entre os homens, o rendimento era de R\$ 1.052,29 e entre as mulheres de R\$ 647,38, apontando uma diferença de 62,55% maior para os homens.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal do município apresentou, por cinco anos, saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2005 e 2012. O número de vagas criadas neste período foi de 1.177. No último ano, as admissões registraram 3.092 contratações, contra 2.633 demissões. O mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 8.357 postos, 5,9% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o Estado, que cresceu 49,7% no mesmo período.



Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o mercado de trabalho formal em 2010 totalizava 8.357 postos, 5,9% a mais em relação a 2004. O desempenho do município ficou abaixo da média verificada para o Estado, que cresceu 49,7% no mesmo período.

Administração Pública foi o setor com maior volume de empregos formais, com 2.929 postos de trabalho, seguido pelo setor de Comércio com 2.163 postos em 2010. Somados, estes dois setores representavam 60,9% do total dos empregos formais do município.



Os setores que mais aumentaram a participação entre 2004 e 2010 na estrutura do emprego formal do município foram Comércio (de 16,50% em 2004 para 25,88% em 2010) e Construção Civil (de 3,57% para 9,76%). A que mais perdeu participação foi Administração Pública de 53,48% para 35,05%.

JUSTIFICATIVA

O município de Itaituba possui áreas de grandes potenciais, como é o caso do Distrito de Miritituba, pois tem-se tornado alvo da atenção dos principais investidores nacionais e internacionais, com diversas empresas interessadas em operar Estações de Transbordo de Cargas. Sua localização estratégica, às margens do rio Tapajós e com acesso curto e rápido para a BR-163, tem potencial para permitir uma grande economia no frete de cargas (especialmente soja) e no tempo total de transporte, desde o produtor até os mercados consumidores no exterior. Portanto, Miritituba tem-se consolidado, aos poucos, como uma importante alternativa à exportação via portos de Santos (SP) e de Paranaguá (PR), aumentando assim o dinamismo econômico relacionado à exportações nos portos do Norte do Brasil. Paralelo ao rápido desenvolvimento, a cidade de Itaituba e, mais particularmente, o distrito de Miritituba, tem observado um aumento do fluxo de pessoas, e conseqüente aumento nos preços de imóveis e de serviços, bem como uma maior pressão sobre os serviços básicos.

Paralelamente a isso temos outros grandes projetos na região como instalações de Hidrelétricas, construções de Ferrovias, etc.. Dinâmica esta que está promovendo a vinda de várias famílias de outras Regiões e Estados do Brasil em busca de garantia de emprego na perspectiva de qualidade de vida, onde observa-se que essas pessoas em sua maioria não são absorvidas no mercado de trabalho, havendo dessa forma demandas expressivas para a Assistência Social. Outra demanda que nos chama atenção é a quantidade de pessoas que anteriormente trabalhavam nas regiões de garimpos do município e região também oriundos de outros Estados e que no momento encontram-se sem moradia e sem referência familiar nesta cidade, e sem quaisquer garantias de proteção. E observa-se e vivencia-se na cidade e nos equipamentos do SUAS um elevado número de pessoas em situação de rua.

Diante deste contexto e paralelamente as questões sociais apresentadas que ocorrem no município são observadas, entre elas as crescentes ocorrências de violações de direitos e de violências intrafamiliar (crianças e adolescentes vítimas de negligência, abandono familiar, abuso sexual, idosos vítimas maus tratos, abandono e negligência familiar, além de mulheres vítimas de violência doméstica).

O município de Itaituba pactuou com o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome o co-financiamento para a oferta do Serviço de Atendimento Integral a Família-PAIF, onde consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

A consolidação dos CRAS no território expressa a prioridade que se atribuiu às políticas sociais. Ao constituir-se como equipamento estatal, o CRAS evidencia a compreensão de que a assistência social é um dever do Estado e, em contrapartida, um direito do cidadão.

O PAIF é um serviço de suma importância para prevenir a ocorrência de risco nesses territórios através de suas ações e trabalho social no território do município.

De acordo com as orientações técnicas do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário para promover trabalho social com qualidade e para isso é necessário ter um ambiente físico adequado bem das condições de estrutura e infraestrutura para a realização das ações.

A Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Itaituba, oferta diversos serviços tanto de proteção social básica como da proteção social especial. E para os trabalhos sociais, enfrenta grandes desafios para a efetivação de suas ações, tendo em vista que a SEMDAS dispõe de poucos carros e os que têm estão em péssimas condições de uso, e sendo insuficiente para atender toda a demanda dos serviços.

Neste sentido apresento esta justificativa de proposta de aquisição de veículos para os Centros de Referência de Assistência Social, atualmente o município já possui três CRAS instalado, considerando a importância do mesmo na condução da equipe para as visitas domiciliares, no trabalho de acompanhamento das famílias, busca ativa, ações comunitárias, entre outras ações previstas junto a família, e sem essa estrutura, torna-se fragilizado o trabalho da equipe. Esta aquisição faz-se necessária, objetivando garantir mais acesso aos direitos e consolidando e fortalecendo o SUAS no município.

OBJETIVOS

Geral:

- Garantir transporte para os Centros de Referência de Assistência Social visando atender as demandas dos serviços existentes nos mesmos.

Específico

- Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;
- Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades;
- Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social;
- Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos;

- Apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.

PÚBLICO ALVO

- Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais;
- Famílias que atendem os critérios de elegibilidade a tais programas ou benefícios, mas que ainda não foram contempladas;
- Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros;
- Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situações de vulnerabilidade e risco social.

RESULTADOS E IMPACTOS

- Redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social no território de abrangência do CRAS;
- Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência no território de abrangência do CRAS;
- Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais;
- Melhoria da qualidade de vida das famílias residentes no território de abrangência do CRAS.

ACOMPANHAMENTO/ MONITORAMENTO e AVALIAÇÃO

Com base na organização e sistematização de informações, a coordenação do CRAS, órgão gestor de Assistência Social e os conselhos municipais de competência serão responsáveis em monitorar e avaliar as ações realizadas, aperfeiçoando e/ou redimensionando as mesmas, no sentido de qualificar a prestação dos serviços ofertados.

O monitoramento será realizado a partir da coleta de dados quantitativos e qualitativos, emissão de relatórios mensais, reuniões e visitas periódicas pelos órgãos fiscalizadores, de forma sistemática, que permita a análise de informações e auxilie no gerenciamento das ações realizadas. Subsidia o planejamento e permite avaliar ações, bem como redimensionar o trabalho. Por meio de sua realização sistemática, é possível verificar a necessidade de mudanças de rumo e alterações no planejamento e nos procedimentos adotados, visando garantir a qualidade do trabalho social desenvolvido.

Para além dos profissionais do CRAS, o processo avaliativo poderá envolver os usuários e, até mesmo, representantes da rede de articulação, para que, de fato, se possa mensurar a efetividade dos resultados alcançados e as necessidades de aperfeiçoamento, uma vez que constitui importante instrumento para o conhecimento e a defesa coletiva de direitos e, por conseguinte, para o exercício do protagonismo.

REFERENCIA

Tipificação Nacional de Serviços socioassistenciais (2009)
Relatórios de Informações Sociais-MDSA
Relatório de Atendimento Mensal-RMA